

NARRATIVAS SOBRE MORTES SUICIDAS OU HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski*

RESUMO

O tema suicídio foi, e ainda é, cercado de tabus e precisa ser tratado com sensibilidade. A morte voluntária tem sido tema de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. Neste artigo proponho pensá-lo em uma perspectiva histórica analisando narrativas encontradas em inquéritos policiais da cidade de Castro/PR, do período de 1890 a 1940. O aporte teórico centra-se na questão da história como narrativa produtora de sentido e na história das emoções como possibilidade de compreensão social.

Palavras-chave: Narrativas históricas. História das Emoções. História do Suicídio.

ABSTRACT

The subject of suicide has been and remains surrounded by tabus; and therefore, it needs to be treated with sensibility. Voluntary death has been an appealing research theme to several areas of knowledge, such as Anthropology, Sociology and Psychology. This paper intends to think of the matter from a historical perspective, analyzing some narratives found in police investigations of a town called Castro, in the state of Paraná (Brazil), from 1890 to 1940. Its theoretical contribution lies in the issue of History as a meaning-producing narrative, and in the history of emotions as a possibility of social understanding.

Key Words: Historical narratives. History of Emotions. History of Suicide.

Fiquei desesperado, para voceis ainda pode acontecer o mesmo. Sabia que voceis não foram cinseros para comigo, por esse motivo cheguei até este ponto. Mandem o que eu possuo para os meus queridos paes e digam a eles para não ficarem tristes. Não foi

* Professora do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: dulceli.estacheski@ufms.br

possível agir de outra maneira. Sei que voçeis me julgam culpado, mas Gottieb, lembra-te do que você me disse anteriormente eu segui o teu conselho e agora você me faz isso. Enterrem-me num lugarzinho calmo. Minhas últimas saudades aos meus paes e irmãos.¹

Este bilhete foi escrito em alemão pelo lavrador Otto em 1926 e depois foi traduzido para o português a pedido da polícia de Castro/PR e anexado ao inquérito policial por seu suicídio. Em seu testemunho para a polícia, Jerônimo, também lavrador, declarou que encontrou o corpo do colega no mato, com um ferimento na cabeça, uma arma, o bilhete e um espelho ao seu lado. No relatório final da polícia no inquérito consta que: “Trata-se o presente facto de mais um desses casos que os jornaes diariamente registram, em que um homem cheio de vida, forte, sem motivo que justifique põem termo estupidamente a sua existência.” Foram ouvidas quatro testemunhas durante o inquérito, quatro homens que conheciam Otto, e todas as narrativas foram semelhantes, afirmando que julgavam que ele havia se matado “por um desgosto qualquer”.

A leitura desse inquérito policial suscita muitas questões. Quem não havia sido sincero com Otto? A quem se dirigia o bilhete? Quem era Gottieb, mencionado no bilhete, e que conselho ele havia dado a Otto? Por que a polícia não procurou Gottieb para que testemunhasse e nem mesmo perguntou às testemunhas arroladas quem ele era? Será que a polícia sabia quem era e não queria envolver o sujeito? Por que Otto deixou um espelho ao lado de seu corpo? O que aconteceu de tão grave para ele iniciar o bilhete alertando que o mesmo desespero poderia assolar as demais pessoas envolvidas? Como narrar essa história com tantas ausências de informações? É possível narrar uma história do suicídio de Otto, sendo esse inquérito policial a única fonte histórica existente sobre ele? É possível escrever uma história do suicídio?

Arlette Farge no livro *O sabor do arquivo* (2009, p. 13) descortina as possibilidades de pesquisa em arquivos judiciários afirmando que “Sua leitura provoca de imediato um efeito real que nenhum impresso por mais original que seja, pode suscitar.” Nesses arquivos, em processos judiciais ou inquéritos policiais, encontramos diferentes sujeitos que estão ali porque transgrediram ou foram vítimas de transgressões de regras socialmente impostas.

¹ Inquérito Policial. Suicídio. Otto Wielaud. Caixa: 1926. Casa da Cultura Emília Erichsen, doravante designada como CCEE. Castro/PR. Nas citações das fontes será preservada a grafia original do documento.

Encontramos nessas fontes históricas pessoas que causaram ou foram vítimas de violência, de roubo, de calúnia ou outros crimes. Tais documentos são significativos justamente porque os desvios de condutas expressam a realidade de maneira mais evidente do que discursos outros que idealizam a vida em sociedade. Evidentemente, a documentação não foi criada para esse fim, mas para registrar e tentar solucionar um possível crime, punir responsáveis, restabelecer a ordem social, mas justamente por isso, é reveladora de experiências vividas, de relações de poder, e, portanto, útil para análise histórica.

Ao pensar uma pesquisa histórica sobre o tema suicídio, os inquéritos policiais que investigaram diferentes casos se apresentam como um tipo de fonte reveladora de experiências vividas. Mesmo quando não se encontram anexados bilhetes ou cartas de despedida há os testemunhos de pessoas próximas e os relatos de policiais e essas narrativas revelam as percepções da comunidade sobre os fatos. Retomando o pensamento de Arlete Farge (2009) os elementos encontrados nessas fontes provocam “um efeito real” que outras narrativas não despertam com tal veemência. Outras fontes podem ser utilizadas para a pesquisa histórica sobre suicídio. Fábio Henrique Lopes (2009), por exemplo, analisou o discurso médico, jornalístico e literário sobre o tema e sua contribuição é extremamente relevante para o estudo sobre suicídio no Brasil em uma perspectiva histórica. As fontes utilizadas pelo autor podem ser descritas como narrativas elaboradas que visam explicar, noticiar ou romancear os casos, enquanto os inquéritos policiais reúnem elementos, provas, cujo intuito era de desvendá-los, seriam o que Jörn Rüsen (2007, p. 118) chamou de “testemunhos empíricos do passado”. No entanto, não podemos esquecer que são também narrativas, foram também elaboradas, mesmo que isso não tenha sido feito com maior cuidado, tempo e revisão, como o foram as teses médicas, as notícias dos jornais ou as obras literárias. Seria possível afirmar que essas narrativas expressam realidades? Sim, todas elas o fazem a seu modo e com suas intenções.

Os inquéritos policiais por suicídio do final do século XIX e início do século XX encontrados na Casa de Cultura Emília Erichsen, na cidade de Castro/PR somam 62 casos, 40 deles tratam do suicídio de homens e 22 de mulheres. Há ainda um processo crime em que uma mulher foi acusada da indução de um homem ao suicídio. A composição de tais documentos apresenta exame de corpo de delito, interrogatórios de testemunhas e relatório final da polícia. Em alguns casos, quando foram encontradas cartas ou

bilhetes durante a investigação policial, esta documentação também foi anexada ao inquérito. A utilização desse material como fonte de investigação histórica pressupõe a análise das narrativas ali presentes, das testemunhas, da polícia ou da própria pessoa quando essa deixou por escrito suas palavras finais ou quando sobreviveu à tentativa de morte voluntária e foi interrogada pela polícia. É de extrema importância compreender que tais narrativas são lacunares, são carregadas de emoções, são parte de um contexto e possuem um sentido que nem sempre é acessível a quem pesquisa a história em sua essência ou intensidade. As pessoas narram de um lugar social, movidas por determinadas intenções e emoções, enquanto o/a historiador/a interpreta as narrativas de outro lugar social com outras intenções buscando racionalizar os eventos investigados.

Ao testemunharem durante uma investigação policial as pessoas expressam suas percepções sobre os fatos imbuídas de questões éticas e morais e o mesmo fazem os/as policiais ao escreverem seus relatórios finais dos casos investigados. Evidentemente os relatórios policiais são mais elaborados do que as narrativas das testemunhas, são produzidos com maior tempo e respeitam, em alguma medida, uma linguagem própria para esses documentos. As testemunhas, por sua vez, estão vivenciando no momento do interrogatório um misto de emoções que vão desde os sentimentos que nutriam em relação à pessoa que morreu ao susto causado pela morte repentina de alguém próximo/a, até àqueles que surgem ao serem interrogadas pela polícia, como ansiedade ou nervosismo, por exemplo. É preciso considerar também que o escrivão registra a seu modo aquilo que escuta, por vezes, optando por palavras ou expressões que considera mais adequadas ao documento em produção. As testemunhas respondem apenas ao que lhes é perguntado e por isso, no caso de Otto, por exemplo, ninguém mencionou Gottlieb, pois não lhes foi questionado a respeito. A própria narrativa da pessoa suicida em sua carta ou bilhete de despedida e o relato da que sobreviveu à tentativa de suicídio, expressa elementos da realidade imbuídos de diversas emoções, angústia, raiva, medo, desespero, decepção, tristeza. Isto posto, será que é possível considerar os inquéritos policiais como fonte de pesquisa viável já que trata-se de um documento composto por narrativas com tamanha carga emocional? Evidentemente, sim. As emoções humanas são reveladoras de construções sociais e como bem destacou Reinhart Koselleck (2006, p. 306) “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas

expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”.

Minha primeira reação ao iniciar a leitura dos inquéritos policiais por suicídio localizados no arquivo foi de preocupação com a documentação, pois tinha em mente utilizar as narrativas das testemunhas como objeto de análise, reconhecendo que seriam poucos os bilhetes ou cartas suicidas que encontraria, o que se efetivou, considerando que, por tratar-se de uma região interiorana baseada na agricultura de subsistência no período histórico proposto, o analfabetismo e a falta de hábito de escrita eram comuns. As narrativas das testemunhas para a polícia durante a investigação seriam, portanto, o melhor objeto de análise e pressupunha que elas apresentariam as concepções daquela comunidade em relação às mortes suicidas. A decepção ocorreu, no primeiro momento, por encontrar nos primeiros inquéritos lidos as expressões “não havia motivo algum” ou “foi um ato de loucura”, em frases curtas das testemunhas, com pouco questionamento da polícia. Como escrever uma história do suicídio a partir desse quase nada encontrado nas fontes? Em 22 dos inquéritos encontrados a constatação foi essa, um silenciamento em relação àquelas mortes. Nos demais inquéritos havia relatos longos das testemunhas, cartas, e relatórios policiais que permitiram pensar questões de gênero, de violência doméstica, de prostituição, de trabalho, doença, velhice e também sobre a construção social do amor romântico e as implicações de tudo isso nos casos de suicídio (ESTACHESKI, 2020). Os 22 inquéritos cujas narrativas curtas me incomodaram, no entanto, não poderiam ser deixados de fora da pesquisa, pois faziam parte daquele conjunto de fontes selecionadas para ela. Então, concordando que o silêncio é fundante, como bem argumenta Eni Orlandi (1993), sobretudo diante de um tema tão carregado de tabus como é a morte suicida, busquei naquelas fontes os indícios que me fariam compreender, em alguma medida, as concepções daquela comunidade em relação ao suicídio. O narrado e o silenciado precisam ser pensados quando se escreve a história de um tema controverso como esse. As histórias difíceis são feitas de narrativas, mas também de silenciamentos reveladores e a proposta aqui é explorar justamente essa questão para pensar como a produção de narrativas históricas pode ser entendida como uma elaboração de sentido para as experiências humanas.

Voltemos ao caso de Otto, que narrativa histórica é possível a partir de fonte tão lacunar? Temos como objetos de análise o bilhete deixado por ele, os relatos curtos das testemunhas que mais silenciam do que narram e o relatório final da polícia. Primeiramente,

o que nos possibilita conjecturar o seu bilhete? Um dos pontos é que em uma comunidade cujo ideal de masculinidade² estava pautado na exigência de força, trabalho e liderança, ações que precisavam de racionalidade, os homens, obviamente, sentiam emoções diversas e por elas eram movidos, mas por elas também poderiam se sentir julgados ou inferiorizados. Homens sofriam por decepções em diferentes relações humanas como revelam as expressões “fiquei desesperado [...] voceis não foram cinseros [...] segui o teu conselho e você me faz isso”, por um lado, e por outro, expressavam sua afetividade, o que é perceptível nas menções a “paes e irmãos” no bilhete. Outros casos de suicídio de homens encontrados no arquivo de Castro/PR analisados corroboram para esta percepção, Nicolas³, por exemplo, não resistiu ao fato de não conseguir prover sua família, o que era considerado função do homem, chefe da casa, e Manoel sofreu ao se considerar um “homem sem serventia”⁴, pois a doença não lhe permitia mais trabalhar. Ao mesmo tempo em que desejavam adequar-se ao estereótipo de masculinidade provedora, a impossibilidade para tal gerava uma carga emocional que impulsionou suas ações.

Considerar as emoções humanas expressas em diferentes narrativas para a análise histórica permite captar diversos aspectos da vida em sociedade e pensar uma história viva que não desconsidera as subjetividades humanas, como ressaltam Luc Capdevilla e Frédérique Langue em *Le passe dès émotions* (2014). Para os autores, o campo emocional se descortina como “um forte constrangimento e uma formidável oportunidade de captar a história vivida” (CAPDEVILLA; LANGUE, 2014, p. 198, tradução minha). Uma história do suicídio é, seguramente, constrangedora por revelar o fracasso da sociedade em estimular o desejo de se viver nela e a oportunidade que tal escrita proporciona é a reflexão sobre as experiências de pessoas que sofreram e a elaboração de sentido para tais acontecimentos. Arlette Farge em *Lugares para a História* (2016) argumenta que a racionalização das emoções humanas pela escrita da história permite compreender dispositivos desencadeadores do sofrimento, o que pode contribuir para a elaboração de meios de supressão, de superação, dos mesmos.

² Sobre o conceito de masculinidade sugiro a leitura de Robert Connel e James Messerschmidt (2013) que propõem uma reflexão sobre o conceito de masculinidade hegemônica e de Richard Miskolci (2012) que problematiza as questões de masculinidades no contexto da construção do Brasil como nação.

³Inquérito Policial. Suicídio. Nicolas Palermo. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

⁴Inquérito Policial. Suicídio. Manoel Alves da Cunha. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

Trata-se de uma produção de narrativas históricas geradoras de sentido para o passado.

Jörn Rüsen em *Como dar sentido ao passado* (2009, p. 164) afirma que a “história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorando em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal”. Quando escrevemos a história o fazemos nutridos/as das inquietações do tempo presente e elaboramos uma narrativa histórica que pretende conferir um sentido aos eventos em questão, este sentido dado ao passado atende ao presente e também às nossas expectativas de futuro. Arlette Farge (2016, p. 129) salienta que “buscando conhecer outro tempo, não escapamos do nosso” e ao elaborarmos interpretações dos significados dos eventos para as pessoas que os vivenciaram também estamos construindo racionalizações sobre as possibilidades de ação no presente. Luc Capdevilla e Frédérique Langue (2014), por sua vez, expressam uma proposição semelhante argumentando que esse exercício de memória que a história faz promove interpretações e reinterpretações do passado gerando sempre novos sentidos. Uma história do suicídio não seria, então, um reflexo de uma curiosidade mórbida em relação a eventos dolorosos do passado, mas um anseio tanto pela compreensão quanto pela transformação social.

Retomando o bilhete de Otto como objeto de análise, tem-se ainda outro elemento interessante para reflexão histórica, pois Otto pediu que seu corpo fosse enterrado em “um lugarzinho calmo”. Que sentido tem isso? É muito provável que Otto estivesse ciente da impossibilidade de um enterro em cemitério cristão, pois isso era negado às pessoas suicidas, bem como os rituais da missa de corpo presente e missa de sétimo dia. A questão estava no entendimento de que a pessoa havia atentado contra o que era concebido como maior dom divino, a vida, e por isso tornava-se indigna das orações e do espaço considerado sagrado do cemitério⁵. A Igreja retirou tais proibições somente em 1992 com o Novo Catecismo da Igreja Católica que passou a promover a ideia de que no momento da morte a pessoa suicida poderia ter se arrependido e alcançado a misericórdia divina, e como isso só estaria entre Deus e a pessoa,

⁵Na clássica obra *O suicídio: estudo de sociologia* Émile Durkheim (2014) também reflete sobre a questão das penas morais impostas às pessoas suicidas, sendo a proibição de enterro em solo considerado sagrado uma delas.

as orações e enterros passaram a ocorrer⁶. No período analisado já havia cemitério público em Castro/PR e pessoas suicidas poderiam ser enterradas nele, no entanto, ele ficava na região central da cidade e nas redondezas, onde residia a maioria das pessoas a quem os inquéritos policiais encontrados se referem, inclusive Otto, havia os pequenos cemitérios vinculados a capelas cristãs, e nesses o costume ligado à crença ainda prevalecia.

Essa reflexão sobre a morte suicida como pecado para o cristianismo ajuda a compreender também o silenciamento das testemunhas diante da polícia, nosso segundo objeto de análise no inquérito policial pelo suicídio de Otto. Dizer que não havia motivo algum para que ele cometesse o ato pode significar que a comunidade não queria revelar qualquer fator como justificável para o suicídio, pois se o fizesse poderia ser interpretado que a comunidade, ou a pessoa que testemunhou, estava legitimando ou compreendendo tal desejo de morte e dessa forma estaria compactuando, em alguma medida, com tal pecado.

Em outros inquéritos policiais por suicídio, como de Petrus⁷ ou de Eulália⁸, as testemunhas se apressavam em afirmar que teria sido um ato de loucura. Pedro ao testemunhar sobre a morte de Petrus ressaltou que ele “há tempos demonstrava não ser bem certo” e testemunhas do caso de Eulália afirmaram que o caso ocorreu por um “acesso de loucura”. Na ânsia por encontrar um/a culpado/a para aquela situação e na impossibilidade de justificar um ato considerado pecaminoso, responsabilizar uma doença poderia parecer oportuno, pois desta forma, nem a pessoa suicida teria culpa e nem as pessoas que conviviam com ela precisavam se sentir responsáveis pelo sofrimento que gerou o desejo de morte. A cidade de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX não contava, porém, com médicos especialistas para diagnosticar

⁶ É relevante mencionar que a mudança na postura institucional religiosa não se configura no término dos preconceitos em relação ao suicídio por parte de cristãos. A ideia de que as pessoas precisam suportar sofrimentos nesta vida para glorificar a Deus e receber recompensa em outra vida se perpetua, assim como o entendimento de que tirar a própria vida é um pecado mortal, como bem demonstra uma publicação recente, de 2016, de um padre católico em seu blog: “O suicídio é um pecado mortal; e um pecado mortal é o suficiente para merecer o inferno; e se está no inferno nenhuma oração pode tirá-lo de lá.” Disponível em: <http://catolicosribeiraopreto.com/sepultura-catolica-quando-concede-la-ou-nega-la/>. Acessado em: 12 de novembro de 2020.

⁷Inquérito policial. Suicídio. Petrus Joanes. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.

⁸Inquérito policial. Suicídio. Eulalia Rosária de Andrade. Caixa: 1890. CCEE. Castro/PR.

doenças mentais ou sofrimentos psíquicos e havia também uma resistência em relação à procura por diagnóstico e tratamento, como ficou evidenciado no caso de João que dizia à sua esposa que “antes matava-se do que ver o médico”.⁹Se o ideal de masculinidade provedora não alcançado era um fator de vergonha e sofrimento para aqueles homens, o estigma da doença mental também era. Manifestações emotivas e sinais de loucura eram considerados aspectos da feminilidade, as mulheres eram apontadas como irracionais, emotivas e isso justificava a prática masculina de submetê-las à sua tutela, aos homens não eram desejáveis aproximações com tais características.

Sarah Ahmed em *La política cultural de las emociones* (2017, p. 22) problematiza a hierarquia das emoções, e ao refletir sobre paixão e passividade, palavras que, segundo a autora, possuem a mesma raiz latina *passio* que significa sofrimento, argumenta que “El temor a la passividad está ligado al temor de la emotividad, en donde la debilidad se define en términos de una tendencia a ser moldeada por otros.” Trata-se aqui de uma discussão sobre a valorização da razão em detrimento da emoção, pois “Ser emotiva quiere decir que el próprio juicio se ve afectado: significa ser reactiva y no ativa, dependiente en vez de autónoma”. Voltando-nos para o contexto de Castro/PR que analisamos é perceptível uma tendência masculina a desprezar as práticas que colocassem destaque às emoções humanas relevando um receio de que isso configurasse perda de masculinidade ou gerasse dúvidas em relação a ela, promovendo uma aproximação com a feminilidade considerada inferior.

A mistura dessas concepções, da ideia de suicídio como pecado, de preconceito em relação ao sofrimento psíquico e à doença mental, bem como o entendimento de que agir movido por forte emoção seria sinal de feminilização do sujeito podem ter provocado a rispidez da narrativa do relatório policial do caso de Otto, o terceiro objeto de análise proposto. Após afirmar que os jornais noticiavam diariamente casos de suicídio, evidenciando tratar-se de um problema social que precisava de atenção, o relatório destacou que Otto era “um homem cheio de vida, forte” e que “sem motivo que justifique”, a despeito das razões apresentadas no bilhete deixado por ele, “põem termo estupidamente a sua existência”. Considerar estúpida, emitir esse juízo de valor a respeito da ação do sujeito não fazia parte da tarefa policial que devia se

⁹Inquérito policial. Suicídio. João Kops. Caixa: 1909. CCEE. Castro/PR.

limitar a investigar e elucidar o caso, no entanto, a condenação moral por parte de policiais aparece em mais de um caso. Outro exemplo é verificável no relatório referente ao suicídio de Francisca que enforcou-se na prisão em 1907, após ser detida por embriaguez em uma casa de prostituição:

deu entrada na prisão uma **puta** de nome Francisca bastante embriagada, que gritava muito. O carcereiro fechou a porta da prisão e a dita **puta** continuou a gritar até perto das cinco horas da manhã, hora em que elle depoente dormio porque não havia preso criminoso na cadeia apenas só dois presos embriagados, em prisão convencional. Que hoje pela manhã, olhando pela grade da porta, deparou o cadáver da dita Francisca pendurado por um chale amarrado no pescoço. Que mandou chamar o carcereiro e este veio abrio a prisão e notou que a dita **puta** estava enforcada. Que ninguém mais penetrou na prisão e atribui o enforcamento pela forte excitação em que se achava Francisca, devido a embriagues. (grifos meus)¹⁰

A referência repetida à jovem como “puta” era, obviamente, desnecessária e não aparece apenas no relatório final, mas também nos depoimentos de outros policiais que testemunharam durante o inquérito que foi rapidamente concluído. Esses elementos contidos nas fontes sugerem um desprezo pelos sujeitos considerados inadequados para aquela comunidade, desde homens que apresentavam sinais de fraqueza a mulheres que não se encaixavam nos padrões de submissão ou moralidade.

Para escrever ‘a história’ do suicídio de Otto precisaríamos de acesso a outras fontes que revelassem outros aspectos de sua vida, que apresentassem as pessoas com quem ele conviveu e que revelassem quem foi Gottieb e que conselho ele teria dado ao rapaz. Mesmo assim, teríamos uma versão incompleta da história, pois em seus momentos finais ele estava sozinho e ninguém sabe ou pode revelar como tudo ocorreu. Que sentido tinha aquele espelho ao lado de seu corpo? Quanto tempo ele ficou sozinho naquele lugar antes de cometer o ato? Será que estava mesmo sozinho? E mesmo que tivéssemos informações sobre esse último momento de vida, mesmo que Otto tivesse escrito no bilhete de forma mais específica sobre as questões que o motivaram e que por alguma razão tivesse descrito o ato antes de cometê-lo, ainda assim, não seria a história completa.

¹⁰Inquérito policial. Suicídio. Francisca Teixeira. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.

Recordo aqui a análise sobre o valor da testemunha desenvolvida por Beatriz Sarlo (2007) no momento em que ela apresenta as argumentações de Primo Levi sobre a experiência do Holocausto. Para ele tal experiência somente seria completa para o sujeito que morreu na câmara de gás e quem sobreviveu a ela não poderia narrar com precisão o teor de tal experiência. É possível pensar o mesmo em relação à morte suicida ou sobre qualquer história sobre a morte. Júlia, em 1911, sobreviveu à sua tentativa de suicídio¹¹ e ao ser interrogada pela polícia ela afirmou que o fato se deu em um momento de profunda tristeza pela perda de um filho. Para as testemunhas, no entanto, ela “não tinha motivos” e para uma delas isso ocorria “por que seu marido não deu motivos”. O relatório policial destacou que a tentativa deu-se “por fraqueza de juízo”. Mais uma vez constata-se o desprezo pela mulher e por seus sentimentos e o entendimento de que ela devia submissão ao marido, pois até para sofrer precisava que ele estabelecesse os motivos. Essa narrativa da testemunha, tratava-se de um homem, é significativa, pois propicia um entendimento de que ele também compreendia que o casamento, que as relações entre marido e mulher, podiam ser causadoras de sofrimento e desejo de morte, sobretudo para elas que sofriam violências diversas. Júlia pode ter revelado à razão que a motivou a tentar a morte, a perda do filho, não sabemos em que circunstância isso ocorreu, mas também pode ter se sentido constrangida diante da polícia, do marido ou da comunidade e ter apresentado apenas uma justificativa que pareceu mais plausível e que não acarretaria a ela outras dores posteriormente. Nicolas¹² também sobreviveu a uma tentativa de suicídio e diante da polícia recusou-se a confirmar o ocorrido narrando uma história confusa de que um sujeito chamado Nicolau, nome muito semelhante ao seu, havia atentado contra a sua vida, porém a tentativa ocorreu em seu quarto, quando ele estava deitado ao lado da companheira que acordou com o barulho do tiro e o socorreu. Maria de Lourdes¹³, apontada pela polícia como meretriz, por sua vez, apenas disse que tentou a morte por aborrecimentos íntimos e que estava arrependida. As pessoas que sobreviveram ao suicídio, portanto, também não revelavam ‘a história’ do suicídio de

¹¹Inquérito policial. Tentativa de suicídio. Julia Marcondes Carneiro. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.

¹²Inquérito policial. Tentativa de suicídio. Nicolas Palermo. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

¹³Inquérito policial. Tentativa de suicídio. Maria de Lourdes Ribas. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

forma completa, porque não queriam, porque se sentiam constrangidas, porque era doloroso lembrar ou porque nem mesmo elas sabiam explicitar.

‘A história’ do suicídio é, nessa perspectiva, impossível, no entanto, narrativas históricas sobre as mortes suicidas são possíveis e há uma diversidade de fontes históricas a serem analisadas sobre o tema, bem como uma variedade de possibilidades teórico-metodológicas a serem exploradas. Mais do que acarretar constrangimentos, retomando o pensamento de Luc Capdevilla e Frédérique Langue (2014), tais narrativas possibilitam a produção de sentido sobre essas experiências do passado permitindo que não apenas analisemos as relações sociais que se configuraram em práticas que causaram sofrimento e morte, mas que projetemos outras possibilidades de socialização que sejam mais humanas, mais justas, valorizando a diversidade e as emoções humanas.

Referências

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Org.). *Le passé des émotions. D'une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne*. Rennes: PUR, 2014.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão. Volume 21. Número 1. Florianópolis, 2013.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: Estudo de sociologia*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Fábio Henrique. *Suicídio & Saber Médico*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1993.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*. Número 2, março de 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acessado

em 12 de novembro de 2020.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UNB, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Recebido em 14/11/2020

Aprovado em 22/02/2021